

ESPAÇO URBANO E PRÁTICAS INSURGENTES NO 4º DISTRITO DE PORTO ALEGRE **URBAN SPACE AND INSURGENT PRACTICES IN PORTO ALEGRE, BRAZIL** **NICOLE DE ALMEIDA, HELENIZA CAMPOS**

Nicole Bueno Leal de Almeida é Arquiteta, Mestre em Arquitetura e Urbanismo e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Estuda território, territorialidades, práticas espaciais e organização espacial. nlealdealmeida@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/9541384681455164>

Heleniza Ávila Campos é Arquiteta, Mestre em Desenvolvimento Urbano e Doutora em Geografia. É professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da mesma instituição. É pesquisadora do Observatório das Metrópoles e do grupo de pesquisa Organização do Espaço Urbano e Regional, onde coordena pesquisas sobre desenvolvimento regional; territorialidades urbanas, redes urbanas, espaços regionais e metropolitanos, e planos diretores. heleniza.campos@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/5667876978791233>

ARTIGO SUBMETIDO EM 15 DE AGOSTO DE 2022

Como citar esse texto: ALMEIDA, N. B. L.; CAMPOS, H. Á. Espaço urbano e práticas insurgentes no 4º Distrito de Porto Alegre. **VIRUS**, n. 25, 2022. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v25/615/615pt.php>. Acesso em: dd mês. aaaa.

Resumo

O espaço urbano é construído a partir de complexas camadas de território. Essa construção e a consolidação da territorialização de um espaço tem origem nas relações entre atores sociais diversos. O artigo busca alinhar-se à crítica ao pensamento hegemônico em arquitetura e urbanismo, na medida em que propõe compreender as práticas espaciais contra-hegemônicas, desenvolvidas por atores heterogêneos, enquanto estratégias de territorialização do espaço urbano. O objetivo central é analisar como a articulação entre atores sociais distintos se configura na territorialização e espacialização das práticas desenvolvidas. Para tanto, a abordagem metodológica consiste em estudo de caso onde o recorte espacial é o 4º Distrito de Porto Alegre, além da observação não-participante em seminários e eventos realizados pelos atores sociais, bem como entrevistas realizadas com representantes locais. Como resultado, verificamos a construção de redes de ação de territorialização contra-hegemônicas que se articulam de maneiras distintas, considerando suas particularidades, na resistência à cultura de planejamento urbano dominante, que, não raro, negligencia as demandas de pessoas pobres e vulneráveis.

Palavras-chave: Território, Territorialização, Práticas espaciais, Práticas insurgentes

1 Introdução

As práticas insurgentes das comunidades urbanas necessitam de seus territórios, sendo eles próprios seus espaços de fala. A insurgência aqui se traduz como resistência a permanecer na cidade. Na produção do espaço urbano, são as insurgências dos grupos sociais não hegemônicos que permitem que os atores se mantenham na disputa pelo solo urbano. As dinâmicas das redes socioespaciais, seja na luta por moradia digna, seja no confronto com a valorização do solo urbano, ou ainda na instabilidade jurídica e espacial de seus assentamentos, muitas vezes violenta, são condições recorrentes nas metrópoles brasileiras.

No meio técnico-científico-informacional em que vivemos, as práticas insurgentes se colocam como uma possibilidade de contestação às más condições de habitabilidade dos assentamentos precários no Brasil, construindo formas de organização em rede de atores sociais. No país, muitas comunidades vivem em situação de instabilidade e insegurança, o que as coloca em constante transitoriedade entre o legal e o ilegal. No mundo, os assentamentos populares não podem ser generalizados como ilegais, por conta de diferenças, irresoluções e sobreposições características da formação de ocupações (ROLNIK, 2015). Contudo, a construção formal-legal a que são submetidos os espaços urbanos, de acordo com os preceitos dominantes de sua sociedade, impede que os moradores de assentamentos considerados pelas instituições como “ilegais” sejam contemplados adequadamente com direitos formais, como o direito de posse, privando-os ainda do acesso à cidade, seus equipamentos e infraestrutura básica.

O avanço do capital imobiliário-financeiro em diferentes cidades do planeta acelera o processo de desterritorialização de comunidades que vivem em áreas de interesse de atores dominantes, principalmente das grandes construtoras. Ações de remoção, muitas vezes violentas, são justificadas pela necessidade de revitalização e modernização que se adequem às agendas neoliberais de consumo do espaço urbano. É neste contexto que se insere o recorte espacial analisado: o 4º Distrito de Porto Alegre/RS, antigo distrito industrial da cidade, que passou por um período de ascensão (1892-1950) e obsolescência (1970-1990). Atualmente, este se conforma em um território de interesse por parte do poder público e do mercado imobiliário, considerando sua localização, infraestrutura e potencial de ocupação, e sobre o qual se volta o discurso de reestruturação.

Neste artigo, parte-se do entendimento de que outras formas de construir territórios, para além das práticas hegemônicas e favorecidas pelo Estado, estão fortemente presentes no espaço urbano, seja de formas isoladas, seja a partir da integração a outros territórios. Contudo, para investigá-las, é necessário descolonizar o pensamento hegemônico em arquitetura e urbanismo, reavaliando modos de reivindicar o Direito à Cidade nos termos de Lefebvre (2001). O autor, que compreende o Direito à Cidade enquanto Direito à Vida Urbana, aponta para a necessidade de construir lugares de encontro, priorizando o valor de uso em detrimento do valor de troca. É nesse sentido que o artigo objetiva contribuir com as discussões e reflexões acerca da produção e renovação das cidades pelas mãos de atores transdisciplinares. Pressupomos

que esses atores buscam contestar, através de práticas espaciais contra-hegemônicas, a homogeneidade da construção do espaço urbano, fortalecendo a construção de redes de ação e a articulação com outros atores.

Desta forma, o artigo estabeleceu como objetivo geral analisar as práticas espaciais insurgentes, construídas enquanto estratégia de suporte às famílias e comunidades desfavorecidas pelos projetos de revitalização do território, que criam de forma colaborativa táticas de resistência e enfrentamento aos projetos vigentes. Para tanto, foram desenvolvidos objetivos específicos que, além de auxiliarem no alcance do objetivo geral, refletem diretamente na metodologia empregada. O primeiro foi a identificação de agentes contra-hegemônicos através de trabalho de campo, desenvolvido por meio de observação não-participante e mapeamento, resultando na identificação, localização e caracterização de práticas contra-hegemônicas. O segundo foi a observação das relações de conflito ou colaboração entre tais agentes. Para isso, além da análise da espacialização das práticas realizadas com base no quadro teórico, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas que resultaram na análise da reverberação das ações dos agentes no território. O artigo está organizado entre os seguintes itens: a discussão sobre territórios-rede e a rede de atores; uma breve apresentação sobre o 4º Distrito em Porto Alegre; territórios-rede e rede de atores: a construção do território através de práticas espaciais e cotidianas.

2 Territorialização: a construção do território através de práticas espaciais de atores e atores-rede

As ações de grupos e comunidades no espaço são importantes componentes da legitimação de um território; é a partir de ações isoladas ou em associação com outros atores que um espaço ganha identidade e propósito e é capaz de corroborar ou refutar narrativas. Para Raffestin (1993), um território não existe sem a projeção de um trabalho e o desenvolvimento de uma ação. São esses trabalhos e ações desenvolvidas no espaço, transformando-o em um território, que chamamos de territorialização. As diversas combinações que podem se estabelecer durante a efetivação da territorialização, para Haesbaert (2004), abrem campo para que o território seja concebido através de inúmeras perspectivas.

Raffestin (1993) também aborda o território como um espaço de organização e competição entre os atores em rede. Quando analisamos as camadas compreendidas na produção do território, segundo Raffestin (1993), podemos identificar a diferenciação funcional, entendida pelos diversos usos e ocupações do espaço; e a diferenciação comandada pelo princípio hierárquico, que contribui para organizar o território, corroborada pela importância dada pelos indivíduos e grupos às ações de territorialização. A diferenciação hierárquica diz sobre a capacidade de legitimar determinados feitos a partir de relações de poder. E, nesse sentido, ações de atores não hegemônicos tendem a ser desprezadas em detrimento de atuações com maior apelo comercial e apoio de atores dominantes. Entretanto, em níveis distintos, todos os atores são responsáveis por produzir o território; a partir disto, nos deparamos com um campo de poder:

Essa produção de território se inscreve perfeitamente no campo do poder de nossa problemática relacional. Todos nós combinamos energia e informação, que estruturamos com códigos em função de certos objetivos. Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 153).

Quando falamos de território, sobretudo apoiando-nos em Raffestin (1993), estamos falando de limites estabelecidos através das relações de poder e da capacidade de um determinado ator, ou grupo de atores, para controlar uma porção do espaço. Assim, a territorialidade é a ação que delimita e dá vida a um território, sendo as práticas espaciais, estratégicas ou táticas que o configuram. O território é, simultaneamente, produto e processo das relações de quem o configura, bem como das interfaces deste com outros. Igualmente, a territorialidade se constitui não apenas de relações dos grupos sociais com o espaço que ocupam, mas também destes com outros atores que conformam outros territórios.

Sack (1986), ao discutir a importância das territorialidades humanas na cidade, aponta para a existência de um controle sobre o espaço por parte de determinados atores. A identificação do(s) ator(es) que exerce(m) o controle sobre o espaço é determinante para reconhecer de que lugar partem as intenções espaciais e sociais que se concretizam em determinado setor da cidade, quais objetivos e atores sociais estão envolvidos nesse processo. Desta forma, considerando esses autores, a territorialização efetiva do espaço está engendrada em arranjos entre atores sociais distintos que trabalham em colaboração ou em disputa. Tais territorialidades se conformam a partir das práticas espaciais, que podem ser subdivididas de acordo com as intenções originais de cada agente.

As práticas corporativas foram amplamente desenvolvidas por Corrêa (1992; 2000), que aborda em suas pesquisas o resultado de ações estratégicas de corporações no processo de territorialização e espacialização de grandes empresas. Souza (2018), como forma de ampliar as possibilidades de análise acerca da espacialização e territorialização a partir de práticas espaciais, apresenta práticas espaciais insurgentes de origem contestadora e reivindicadora. Os estudos de Souza (2018) abrem a possibilidade de análise sobre atores sociais contra-hegemônicos, grupos e indivíduos organizados em prol de seus direitos e da legitimação de seus modos de vida, e não apenas subordinados a práticas dominantes de atores hegemônicos.

Apesar da estrutura hegemônica favorecer combinações entre atores dominantes, outras possibilidades são desenvolvidas como uma forma de reivindicar espaços e se apropriar de territórios. É através de práticas espaciais e cotidianas — que estão relacionadas de forma direta com o domínio e apropriação no território — que atores hegemônicos, mas também contra-hegemônicos, estruturam ações que transformam o espaço urbano. A principal diferença entre as práticas espaciais, que chamaremos aqui de práticas espaciais hegemônicas, e as práticas insurgentes, segundo Souza (2018), é o propósito colaborativo e contestador do segundo.

As práticas espaciais insurgentes, para Souza (2018), são instrumentos políticos potentes para a reivindicação de espaços, com capacidade de construir territórios dissidentes que podem existir por horas, dias ou se estabelecerem. Territórios construídos através de práticas insurgentes estão envoltos pela demanda constante de luta e defesa de seus limites e delimitações. As práticas espaciais insurgentes trazem em seu cerne a reivindicação por uma cidade na qual o “pertencer” não esteja pautado apenas pela capacidade de consumir e performar, de acordo com as diretrizes de grandes instituições financeiras. No ritmo das ruas e das necessidades cotidianas, as práticas insurgentes são articuladas por grupos e coletivos que fazem a cidade ao vivê-la.

Quando aproximamos o olhar sobre as relações constituídas entre os atores percebemos que a complexidade aumenta. Muitos deles têm uma articulação que permite a identificação do território que ocupam enquanto um “território contínuo”. O que não significa que territórios contínuos não possam ter relações com outros atores ou até mesmo com outros territórios, conferindo assim a constituição de uma rede de atores. Quando nos referimos à rede, retomamos a ideia de “territórios-rede” discutida por Souza (2000), sendo que os nós de uma rede podem se intercalar com os “nós” de outras redes. Os “territórios redes”, são chamados por Souza (2000) de territórios descontínuos, onde, sob outra escala, é possível olhar para cada ponto, configurando ele mesmo em um território — ou nanoterritório. Para o autor, a complexidade dos territórios redes exige que se deixe de lado a ideia de um único poder territorializador, especialmente quando se verifica, como é o caso do 4º Distrito, a sobreposição de diversos territórios, de limites variados e não coincidentes e com possíveis contradições entre as diversas territorialidades.

3 Construção da territorialização através de ações contra-hegemônicas e insurgentes

O recorte espacial utilizado para investigar as práticas espaciais insurgentes em Porto Alegre/RS é o 4º Distrito. Consolidado como antigo distrito industrial da capital gaúcha, o 4º Distrito foi se transformando ao longo dos anos e passou de um território com fortes apelo econômico e comercial a um território, em alguns aspectos, obsoleto e degradado. O território, aqui considerado pela totalidade dos bairros Farrapos, Humaitá, Navegantes, São Geraldo e Floresta, foi alvo de uma série de tentativas de reestruturação e revitalização, conforme apresentado na Figura 1. Atualmente, tais tentativas seguem de forma ostensiva e tensionam as comunidades pobres e vulneráveis assentadas na região. Os esforços para elaboração deste artigo estão concentrados na análise das práticas espaciais insurgentes executadas por atores não-hegemônicos, reunidos em sua maioria na região norte, mas com associações e redes que transitam por todo o território.

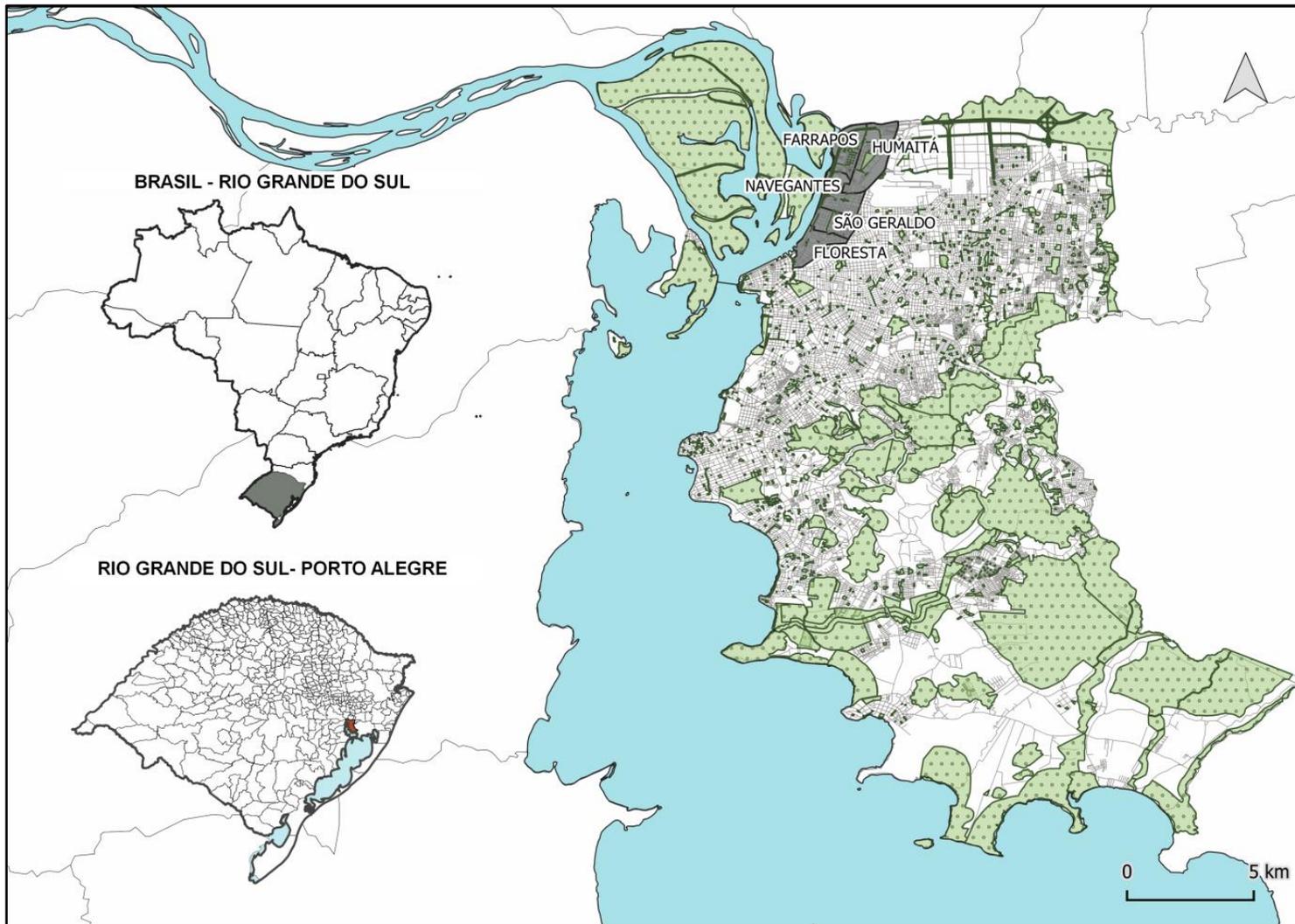


Fig. 1: Mapa de localização do 4º Distrito. Fonte: Almeida e Campos, 2022.

Em análise do recorte espacial estudado foi possível identificar algumas ações que se alinham à construção de práticas de transformação da realidade por parte de atores não hegemônicos. Rolnik (2019) sugere que práticas contestadoras, como são consideradas aqui as práticas apresentadas a seguir, requerem atenção, apontando para a necessidade de descolonizar o imaginário e superar um ideal de modernização. A proposta da autora é ousada, mas fundamental em um tempo em que a homogeneidade se tornou parte das diretrizes na reestruturação e revitalização de espaços de escalas diversas. Por onde quer que se olhe, é possível identificar um novo empreendimento com grandes fachadas espelhadas, pisos e pedras excessivamente polidas. Não é por acaso. A escolha desses elementos reflete — de forma literal e figurada — a busca pela demonstração de poder, prosperidade e riqueza.

Analisando algumas relações e redes no território do 4º Distrito, foi possível identificar exemplos afins às práticas insurgentes. Treinar o olhar para reconhecer outras linguagens de planejamento urbano, para além de planos e projetos urbanísticos, é necessário para evitar a exclusão social e espoliação de espaços urbanos que conformam a dominação neocolonial. Como exemplos de práticas insurgentes, analisaremos o trabalho da Ksa Rosa, que visa a redução de danos ao meio ambiente e ao ser humano através do acolhimento a catadores e pessoas em situação de vulnerabilidade. E também o Fórum do 4º Distrito, projeto concebido a partir de uma audiência pública realizada em movimento de denúncia por parte do Conselho Estadual dos Direitos Humanos do Rio Grande do Sul (CEDH-RS), das condições em que vivem cerca de dezenove comunidades localizadas no extremo norte do 4º Distrito.

O Fórum do 4º Distrito, em meio aos avanços da Pandemia de Covid-19, concentrou-se em organizar campanhas de doação de alimentos, máscaras e distribuir cartilhas com informações sobre como se proteger contra o vírus e realizar o cadastramento para receber auxílios. Em maio de 2020, o projeto foi selecionado pelo edital de apoio emergencial da

Fundação Oswaldo Cruz. Projetado em três eixos — segurança alimentar, sustentabilidade e comunicação —, o projeto propunha auxiliar as famílias vulneráveis da região com informações e itens de subsistência. O Projeto foi desenvolvido através de duas estruturas: a Cooperativa Ambiental e Reciclagem Sepé Tiarajú e a Cooperativa de Trabalho e Habitação Vinte de Novembro. Dentro delas foram executadas ações que serviram às famílias ligadas às cooperativas e à população em geral. Com isso, o Território de incidência direta consistiu nas comunidades visitadas através da Missão realizada pela Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos do Rio Grande do Sul (CDH-RS), apresentada na Figura 2 (CEDH-RS, 2020).

Para um dos organizadores do Fórum, a presença das cooperativas Sepé Tiarajú e Vinte de Novembro deu força ao projeto. Diferente das comunidades que participaram de forma voluntária, as cooperativas, por serem estruturadas e reconhecidas no território, já conduziam um trabalho de apoio às famílias vinculadas aos seus espaços. Enquanto a Sepé Tiarajú conduzia uma campanha de arrecadação de alimentos para as famílias vinculadas ao galpão de reciclagem, a Vinte de Novembro possuía equipamentos e mão de obra para confecção de máscaras, sabão e, posteriormente, camisetas que foram vendidas. A Cooperativa de Trabalho e Habitação Vinte de Novembro é um dos atores-rede identificados na pesquisa, mas diferente dos demais atores e atores-rede que compõem o Fórum do 4º Distrito, está localizada no Bairro Floresta. Por se tratar de um nó, que sob a luz de outra escala apresenta sua própria complexidade e organização interna, a cooperativa cumpre um papel importante na articulação com as comunidades localizadas na extremidade norte do território. A Cooperativa ocupa um edifício não concluído da União, que estava abandonado há mais de cinquenta anos e que, atualmente, é ocupado por quarenta famílias que o transformaram em habitação de interesse social.

Em um contexto de intensa espoliação e especulação imobiliária, a ocupação do prédio pode ser classificada como “revitalização de baixo para cima” (SOUZA, 2018), representando um tensionamento ao planejamento urbano convencional e colonizador. Na perspectiva territorial e sócio-espacial, a articulação entre um território contínuo, gerado pela superfície onde estão localizadas as comunidades e um ponto (Cooperativa Vinte de Novembro) de forte estrutura interna e externa, representa a possibilidade de conformação de uma rede.

Apesar de não haver uma conexão direta entre as comunidades vinculadas com o Fórum do 4º Distrito, seus atores-rede estruturadores e a Ksa Rosa, a Ksa Rosa representa outro elemento estruturador localizado no bairro Floresta, promovendo práticas espaciais insurgentes através dos processos e relações sociais desenvolvidas no seu cotidiano. Maristone Moura, coordenadora e idealizadora da Ksa Rosa, destaca a necessidade de acolher e construir um vínculo através da responsabilização e autonomia de cada indivíduo. Para tanto, é necessário estabelecer a consciência de um trabalho feito em rede, priorizando o acesso à cultura, a responsabilidade social e ambiental. A principal atividade desenvolvida na Ksa está vinculada à reciclagem e através dela e de outras atividades de geração de renda, como a confecção de sabão, é possível dar continuidade ao trabalho de acolhimento.

A constituição de uma rede espacial de atores em colaboração se forma na medida em que a Ksa desenvolve parcerias com o Vila Flores, a partir da coleta de resíduos produzidos na Associação Cultural, e com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A colaboração com a UFRGS acontece desde 2017, através da disciplina de Projeto Arquitetônico II da Faculdade de Arquitetura e de um projeto de extensão do Instituto de Artes, desde 2019¹. Nas ações vinculadas à UFRGS, a Ksa Rosa representa elemento de intervenção e estudo através de aulas práticas e teóricas de técnicas construtivas e de construção a partir do sensível, que consideram a necessidade funcional e também o significado de cada elemento já construído. Para o Prof. Fernando Fuão, um dos arquitetos, professor da disciplina e coordenador do projeto de extensão, o objetivo da disciplina é relacionar teoria, prática e execução, culminando em processo que envolve a aprendizagem do projeto, a construção do objeto, a execução e toda a prática de relacionamento com o coletivo Ksa Rosa (AESCOA, 2021).

As relações socioespaciais e práticas insurgentes dos atores não hegemônicos do 4º Distrito podem ser vistas como um caminho ainda a ser pavimentado. O atual modelo de planejamento urbano, fortemente apoiado em princípios neoliberais, empurra cada vez mais a população para espaços sem condições de habitabilidade, sobretudo em países periféricos. Há de se pensar em formas de planejar as cidades que não estejam subordinadas às práticas hegemônicas. Na Figura 2, foram

¹ O projeto de extensão foi coordenado pela Professora Cláudia Zanatta do Instituto de Artes (IA) da UFRGS.

mapeadas as comunidades visitadas que aderiram ao Fórum 4D, as que não aderiram e os atores-rede que agem como estruturadores no Fórum, mas não somente nele. Além disso, há os atores-rede que trabalham de forma isolada, mas que por vezes se conectam e se aproximam em articulações no território.

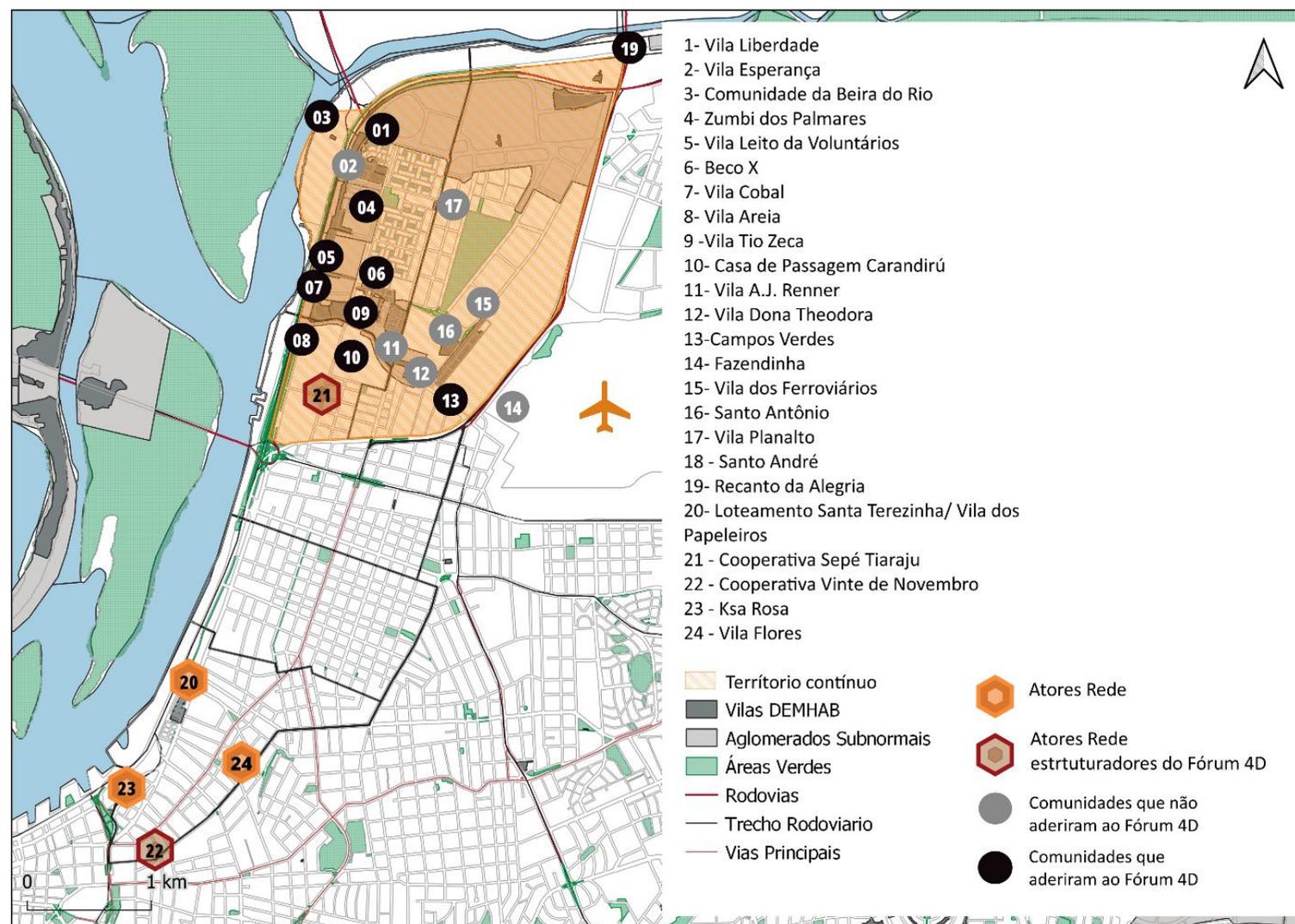


Fig. 2: Relação territorial entre elementos espaciais. Fonte: Almeida, 2022, adaptado de Base Cartográfica: IBGE (2010), Datapoa (s/d), DNIT (s/d), Observapoa (s/d); fonte de dados: CDH- RS (2019).

Percebe-se que a rede que decorre da articulação entre a Cooperativa Vinte de Novembro (número 22) e o território contínuo (rede de atores) — localizados em extremidades opostas — configura um tensionamento das margens ao centro, nos termos de Rosa (2018). Também aproxima, mesmo que de forma latente, as comunidades do território contínuo dos atores-rede localizados próximos. Além da relação de aproximação com o território contínuo, a Cooperativa Vinte de Novembro mantém uma relação de proximidade com a Associação Cultural Vila Flores, cujo diálogo se iniciou através do escritório de arquitetura AH! Arquitetura Humana. O escritório ocupa uma das salas comerciais do Vila Flores e é responsável pelo projeto da Cooperativa que aguardava liberação pelo Programa Minha Casa Minha Vida — Entidades (MCMV-E). Tal aproximação se dá pela vinculação da Cooperativa ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia e pela atenção à necessidade de construir relações com atores distintos no território. Já o distanciamento entre outros atores-rede e os atores localizados mais ao norte do 4º Distrito se dá espontaneamente. E, segundo o representante, há um entendimento de que a Associação Cultural é um vetor do processo de economias criativas que vem ascendendo nos últimos anos no 4º Distrito e não dialoga com as demandas das comunidades. Entretanto, para o entrevistado, existe uma movimentação para que essa aproximação e diálogo aconteça, mesmo que de forma gradativa.

A respeito da articulação entre a Associação Cultural Vila Flores com as comunidades do 4º Distrito, a comunidade que mais está conectada à Vila Flores é a Vila Santa Terezinha, aqui entendida como um ator-rede que proporciona a construção de projetos conjuntos entre os atores-rede. Segundo o representante da Associação Cultural, a aproximação se deu através da identificação com o trabalho já desenvolvido pelo Centro Social Marista com os moradores da comunidade, direcionado

Outro aspecto importante a destacar é que a proximidade física entre os atores não implica em relação direta entre eles (seja informativa, seja participativa). Isso se dá principalmente entre os territórios contínuos de comunidades de baixa renda com práticas espaciais insurgentes, como é o caso da Ksa Rosa, Ocupação 20 de Novembro, Cooperativas Santa Terezinha e Sepé Tiaraju (há, inclusive, fraca articulação entre estas). Dentre tais comunidades, dois atores-rede estruturadores aparecem em destaque: um ao norte da área (Cooperativa Sepé Tiaraju) e outro ao sul no limite entre o 4º Distrito e a área central (20 de Novembro), constituindo-se em forças estratégicas na área.

As relações com alto grau de participação e de diálogo entre os atores são componentes importantes e presentes entre atores estratégicos internos ao setor, já as relações de caráter consultivo e informativo ocorrem, mas de forma menos intensa. As tensões de insurgências criativas de grupos sociais parecem partir de seus territórios e atores para a construção de novas redes de atores, conformando novos territórios. Apesar de suas particularidades, integram ações de territorialização contra-hegemônicas. As práticas insurgentes observadas disputam o território, não estão apenas passivas aos acontecimentos de reestruturação produtiva do espaço, mas ascendem através de brechas do capitalismo no espaço urbano, a partir dos seus próprios termos.

5 Considerações finais

A complexidade das camadas de território que compõe o espaço urbano representa um desafio à análise da dinâmica dos atores sociais no processo de territorialização. Tendo em vista a multiplicidade de desdobramentos possíveis, foi necessária atenção para que não se perdesse de vista o objetivo central de analisar as práticas espaciais insurgentes, construídas enquanto ações contra-hegemônicas, que criam de forma colaborativa táticas de resistência e enfrentamento aos projetos hegemônicos, críticas ao modo de produzir e pensar as cidades. Tal encaminhamento se justifica na medida em que cidades vêm sendo construídas a partir de um viés neoliberal, que supervaloriza a autoidentificação através do consumo, em detrimento da construção de espaços urbanos que estimulem o encontro, a contemplação e a interatividade entre todos.

O artigo trouxe à discussão práticas insurgentes de grupos contra-hegemônicos que habitam e atuam no 4º Distrito de Porto Alegre, antiga área industrial próxima ao Centro Histórico, que tem se destacado enquanto área de interesse do mercado imobiliário de grandes construtoras em Porto Alegre e sobre a qual, atualmente, tramitam processos com vistas à aprovação de projeto de Revitalização da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Ao longo da pesquisa foi possível verificar, conforme pressuposto na introdução, que, de forma estratégica, atores e atores-rede se articulam em prol da contestação do modelo dominante de construção das cidades e seguem na busca por garantir o acesso à moradia, infraestrutura e saneamento, e também à vida urbana na cidade. Nos termos de Lefebvre (2001), esses atores trabalham em defesa da autonomia e do comum.

Para o alcance dos objetivos iniciais, foi necessária a construção de um quadro teórico apresentado no segundo item, para guiar e contextualizar o leitor, além de permitir compreender e identificar as ações dos atores analisados. Na sequência, foi apresentado o recorte espacial de condução do trabalho de campo e da observação não-participante, que permitiram a identificação dos movimentos de atores que resistem às investidas dos dominantes. As práticas organizadas por atores contra-hegemônicos se opõem aos dominantes, visto que constroem ferramentas para tensionar a subordinação a que são submetidos. Assim, verificou-se a construção de redes de colaboração entre atores distintos que atuam em frentes diferentes e que buscam a legitimidade de suas práticas espaciais e cotidianas.

As práticas insurgentes identificadas no território almejam mais do que a garantia de estabilidade através da posse, mas condições dignas de vida baseadas em circuitos de alternativa de trabalho, geração de renda e desenvolvimento da cultura e da autonomia. No 4º Distrito, ressalta-se o papel de resistência da organização de rede de atores, sendo a Ocupação 20 de Novembro um importante nó de articulação entre as comunidades da área. Já o centro cultural Vila Flores figura como exemplo de economia solidária, que parece transitar, direta ou indiretamente, entre vários atores: a 20 de Novembro, os novos atores econômicos, além da conexão com as universidades. Tal afirmação necessitaria, no entanto, de investigações mais profundas sobre a natureza de suas práticas. Entende-se que é urgente e necessária uma reflexão mais profunda sobre a (re)construção de uma cultura de planejamento urbano que reconheça as práticas insurgentes e suas territorialidades, considerando que os territórios-rede, de caráter mais político, são importantes formas de resistência e de luta pelo direito de pertencer e ocupar espaços urbanos.

No decorrer da pesquisa, foram encontradas algumas limitações. O contexto da pandemia de Covid-19 restringiu o trabalho de campo e o aprofundamento da análise das ações insurgentes. Soma-se a isso a inviabilização da continuidade do trabalho de alguns grupos, como é o caso do Fórum do 4º Distrito, que durante a pandemia concentrou seus esforços em demandas emergenciais sanitárias e de mitigação da fome. Entretanto, em atividades mais recentes, o Fórum segue em articulação com as comunidades e com atores em nível regional e nacional. Em abril de 2022, em parceria com o Fórum Nacional de Reforma Urbana e outros movimentos e entidades, foi realizada a Missão-Denúncia dos despejos na região metropolitana de Porto Alegre. A comitiva que realizou a missão fez assembleias de escuta com cada uma das comunidades visitadas, com o objetivo de elaborar um relatório de denúncias para cobrar medidas do poder público acerca da violação de direitos humanos e à moradia, bem como visibilizar demandas urgentes dos moradores.

Por fim, a pesquisa não se esgota aqui. A continuidade no acompanhamento das dinâmicas insurgentes deve ser vista como forma de valorização das práticas espaciais não dominantes, validando-as como possibilidades de territorialização. Entretanto, é importante destacar a necessidade da continuidade de políticas públicas para mitigação da pobreza e da fome. Com o desmonte de tais iniciativas, atores sociais, atores-rede, grupos de atores, movimentos sociais, entre outros, são obrigados a atender demandas cruciais para a vida humana, enquanto o enfrentamento de estratégias que cerceiam o direito à vida urbana, através da mercantilização das cidades, permanece como demanda secundária.

Referências

ALMEIDA, N. L.; CAMPOS, H. A. Dinâmica imobiliária da habitação em bairros adjacentes ao centro de Porto Alegre/RS. **Cadernos Metrópole** [online], v. 24, n. 53, p. 283-310. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2022-5311>. Acesso em: 09 nov. 2022

A Experiência da Ksa Rosa. **Aula Aberta Coletivos e Ocupações**. Publicado em 2021. 1 vídeo (89min e 11seg) Publicado pelo Canal: Escola Aberta (AESCOA). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kS0zLoL07p4&t=47s>. Acesso em: 03 de ago. de 2021.

CEDH - RS (Conselho Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul). **Missão em Defesa Do Direito Humano à Moradia e ao Trabalho Digno nas Ocupações Urbanas na Região do 4º Distrito da Cidade de Porto Alegre/RS**. Porto Alegre. 2019. Disponível em: <http://www.cdes.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Relat%C3%B3rio-Miss%C3%A3o-4D-2.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2022.

CORRÊA, R. L. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. **Revista Brasileira de Geografia**. v. 54, n. 3, p. 35–41. Rio de Janeiro, 1992.

CORRÊA, R. L. Espaço: Um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L.; (orgs). p. 15-47. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

DATAPOA. Dados Abertos Poa. Disponível em: <http://datapoa.com.br/>. Acesso em: 26 maio 2021

DNIT. Sistema Nacional de Viação. Disponível em: <http://servicos.dnit.gov.br/vgeo/>. Acesso em: 26 maio 2021

HAESBAERT, R. **O mito da Desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Resultados do Universo**. 2010. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_do_Universo/Agregados_por_Setores_Censitarios/RS_20171016.zip. Acesso em: 15 maio 2021.

Ksa Rosa — Reciclagem em Porto Alegre (curta). Vídeo elaborado com o intuito de explicar mais a respeito do trabalho feito na KSA ROSA em Porto Alegre/RS. Publicado em 2017. 1 vídeo (13min e 44seg) Publicado pelo Canal: Letícia Durlo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fZKL8BPI618&t=641s>. Acesso em: 03 ago. 2021.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

OBSERVAPOA. **Observatório da Cidade de Porto Alegre**. Equipamentos e Serviços. Disponível em: http://observapoa.com.br/default.php?reg=278&p_secao=46. Acesso em: 26 maio 2021.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia Do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares**: A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, R. Paisagens para Renda, Paisagens para a Vida: Disputas Contemporâneas pelo Território Urbano. **Revista Indisciplinar**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 18-43, jun. 2019

ROSA, T.T. Pensar Por Margens. In: Pereira, M.P.; JACQUES, P.B. (orgs) **Nebulosas do Pensamento Urbanístico**. Salvador: Edufba, 2018.

SACK, R.D. **Human territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SOUZA, M. L. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L.; (orgs). **Geografia**: conceitos e temas. p. 79-118. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.